



Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2017

(Da Sra. Deputada Erika Kokay e outros)

Requer seja submetido à deliberação desta Comissão o pedido ora formulado de **CONVOCAÇÃO** do Ministro da Justiça, **TORQUATO LORENA JARDIM**, para explicar providências e medidas adotadas pelo Ministério da Justiça e outros assuntos de interesse e relevância nacional, além de esclarecer denúncias relacionadas a interferência da pasta na autonomia da Comissão de Anistia criada pela Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, e na forma prevista pelo art. 36, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e que ouvido o plenário desta Comissão seja **CONVOCADO** o Ministro da Justiça, Torquato Lorena Jardim, para explicar providências e medidas adotadas pelo Ministério da Justiça e outros assuntos de interesse e relevância nacional, além de esclarecer denúncias relacionadas a interferência da pasta na autonomia da Comissão de Anistia criada pela Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JUSTIFICAÇÃO

O Ministério da Justiça tem faltado em temas de alta relevância para a sociedade brasileira, em especial atenção, a população do meio rural.

A violência no campo, apenas no ano de 2017, já levou à morte por assassinato, 48 trabalhadores rurais, indígenas e quilombolas, número superior a todo o ano de 2016. Em um dos casos mais gritantes de violência, ocorrida no



município de Pau D'arco, no Estado do Pará, foram assassinados em uma emboscada, 10 pessoas, por pistoleiros e policiais que estavam pacificamente ocupando uma área a ser destinada à reforma agrária.

O Ministério da Justiça não assegurou que a Polícia Federal continue com as investigações e, lamentavelmente, os 13 detidos, acusados pelos assassinatos, estão soltos, o que coloca em perigo a vida dos familiares das pessoas vitimadas e de outras lideranças rurais locais.

O Ministério também precisa explicar o porquê, em um ambiente de recrudescimento da violência no campo, não retoma o funcionamento da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, instituída pela Portaria Interministerial nº 1.053/2006, já que o Governo Federal extinguiu no Incra, a Ouvidoria Agrária Nacional. É necessário explicar os motivos de não haver nenhum ambiente de tratamento e acolhimento para os conflitos em curso no país, no âmbito do Executivo.

Outro tema que o Ministro precisa vir explicar, são as motivações para a publicação do Parecer 001/2017/GAB/CGU/AGU, que sugere a demarcação somente daquelas terras indígenas que estavam sob posse das comunidades em 1988. Quais as motivações que levaram o Governo Federal a adotar tal medida? Como a Funai vai se posicionar frente a este Parecer?

Em anexo, constam várias matérias jornalísticas que demonstram o esquecimento e a negligência do Ministério da Justiça, em temas relacionados à violência no campo.

Por fim, é mister que o titular da pasta também explique as denúncias de que estaria havendo interferência de sua gestão sobre o funcionamento e a autonomia da Comissão de Anistia criada pela Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002, colegiado este vinculado ao ministério e que tem o objetivo de reparar moral e economicamente as vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações aos direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988

Portanto, é preciso que o Ministro explique o que sua pasta irá fazer, o que pretende fazer, enfim, justificar as suas iniciativas, bem como, as suas ausências em temas tão importantes.

Em defesa do interesse público, da transparência de seus atos, e na defesa do livre desenvolvimento do controle social da administração pública,



contamos com o apoio dos (as) nobres parlamentares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em _____ de _____ de 2017.

Dep. Erika Kokay -PT/DF

Dep. João Daniel - PT – SE

Dep. Nilto Tatto - PT – SP

Dep. Valmir Assunção - PT – BA

Dep. Patrus Ananias - PT – MG

Dep. Paulão - PT – AL

Dep. Marcon - PT - RS

Dep. Zeca do PT -PT – MS

Dep. Zé Carlos - PT – MA

Dep. Beto Faro PT – PA

Dep. Bohn Gass – PT/RS

Dep. Padre João – PT/MG

Dep. Luiz Couto – PT/PB